

as eleições de há três anos foi a publicação que mais produziu sobre as eleições de então, volta este ano a informação sobre o sufrágio, num trabalho iniciado há 15 meses os desenvolvimentos na sucessão de Rogério Alves.

dato a bastonário da Ordem dos Advogados (OA) Luís Menezes Leiteiro defende uma avaliação mais rigorosa para o acesso à Ordem dos Advogados (OA): "Não temos neste momento condições legais de estabelecer limitações à entrada no exercício da profissão em acordo com o actual bastonário. Esta questão: os advogados devem continuar a poder aceder à profissão, o que não quer dizer que devemos ter uma cultura de exigência na avaliação e na formação", diz. E conclui: "A avaliação deve ser rigorosa, mas com certeza devemos introduzir uma avaliação mais intensa."

Luís Menezes Leiteiro, jovem professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, apresentou a sua candidatura a bastonário, na passada quarta-feira, 22, depois do anúncio formal, na sexta-feira, 23 de Março. No seu discurso de candidatura, Luís Menezes Leiteiro apresenta as suas prioridades: acesso ao direito, justiça social, apoio à jovem advocacia e reforma da formação.

Menezes Leiteiro defende que é fundamental garantir o Direito seja acessível para todos, mesmo aos mais desfavorecidos, sendo por isso favorável ao patrocínio "por parte dos grandes escritórios de uma cultura de proximidade com os cidadãos".

Luís Menezes Leiteiro também defende a qualquer advogado, a ira de exercer a actividade nestas condições, defende que Menezes Leiteiro apresentou para apoiar os jovens: negociar com entidades públicas a concessão de meios especiais de financiamento a instalação de escritórios; e a uma discriminação positiva de contribuições para a Ordem e a Caixa de Provi-

dência. Esta discriminação positiva vai traduzir-se em menores quotas, mas ainda não se sabe qual vai ser a redução efectiva do valor: "Ainda não estudámos essa questão", afirmou. Menezes Leiteiro defendeu também o reforço da protecção dos advogados em caso de doença através de seguros privados e o aumento do valor dos subsídios de maternidade.

O advogado defendeu ainda que na sequência da aplicação da Declaração de Bolonha, o grau de mestre deve ser exigido para o acesso à profissão. A formação pós-graduada também deve ser melhorada, para Menezes Leiteiro: a formação inicial realizada pela Ordem deve sofrer mudanças, devem ser promovidas acções de formação contínua dos advogados em todo o país, por intermédio dos conselhos distritais e das delegações da Ordem, e devem ser organizados colégios de especialidades, para assegurar a especialização dos advogados.

Para os meses que se avizinham (as eleições só vão realizar-se em Novembro), Luís Menezes Leiteiro apenas deseja "um debate leal e franco, com campanhas em que possamos esclarecer todos os advogados. E espero que a campanha também contribua para aproximar os advogados da Ordem".

Na corrida já está António Marinho Pinto, que decidiu voltar a candidatar-se. João Pereira da Rosa também já se mostrou, há uns meses, disponível para disputar o cargo de bastonário. São ainda possíveis candidatos a candidatos Proença de Carvalho, José Pedro Aguiar Branco e Magalhães e Silva. O actual bastonário, Rogério Alves, já revelou que não tem intenções de se recandidatar.



HA responde ao facto à OA.

anos, assim, ter contribuído para, por um lado, esclarecer o Dr. Marinho e por outro, descansá-lo quanto aos objectivos e propósitos da ASAP. São das Sociedades de Advogados Portugueses.

CONTRATAÇÃO

Félix da Costa no contencioso na MLGTS

A Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados anunciou a admissão de Tiago Félix da Costa para reforço da sua equipa de contencioso, bem como a nomeação de Manuel João Pita como novo responsável do escritório da Madeira. "Manuel João Pita colabora com a sociedade desde 2000, tendo desenvolvido a sua actividade em várias áreas do direito, com especial enfoque nas áreas do Direito Comercial, Financeiro e Fiscal, designadamente em operações de aquisição e alienação de sociedades e contratos internacionais", detalha a sociedade de advogados em comunicado.

PROMOÇÃO

Jorge Gonçalves sócio da Linklaters

O advogado Jorge Gonçalves foi promovido a sócio da sociedade de advogados britânica Linklaters. O português que colabora no escritório de Lisboa da firma foi um dos 38 novos sócios da Linklaters em todo o mundo, quinze dos quais laboram na área de prática de Direito Societário, 18 de "Finance & Projects" e cinco da área Comercial, entre os quais Jorge Gonçalves, da área de prática de Imobiliário. Gonçalves é o sexto sócio da Linklaters em Lisboa, ao lado de Jorge Bleck, Miguel Pinto Cardoso, Carlos Pinto Correia, António Soares e Pedro Siza Vieira (sócio-gestor do escritório).

EXPANSÃO

Franco Caiado contrata em Angola

A Franco Caiado Guerreiro & Associados anunciou esta semana o reforço da sua "Angolan Desk", através da contratação do advogado angolano Oswaldo Chipenda. A contratação deste jurista angolano "visa o aumento da capacidade da Franco Caiado Guerreiro para responder, de forma pragmática, rápida e com superior qualidade às necessidades e solicitações dos seus clientes, cada vez mais envolvidos em negócios em Angola". A "Angolan Desk" da Franco Caiado Guerreiro foi formalizada em Maio de 2006, com o objectivo de elevar o aconselhamento legal em Direito Angolano.

diário da República

Seleção de Março

Informação legislativa mais relevante publicada no Diário da República, I e II série, durante o mês de Março de 2007.

GESTOR PÚBLICO

Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março - Aprova o novo estatuto do gestor público, procedendo à definição das funções a exercer, da remuneração a atribuir, bem como do regime de segurança social aplicável, revogando, ainda, legislação conexa.

SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março - Estabelece os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

CRÉDITO À HABITAÇÃO

Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de Março - Regula as práticas comerciais bancárias no âmbito do crédito para aquisição, construção e realização de obras na habitação, bem como o dever de informação e transparência na publicidade por parte das instituições bancárias.

Maria Poove



BRANQUEAMENTO DE CAPITALS

Decreto-Lei n.º 61/2007, de 14 de Março - Aprova o novo regime jurídico de controlo da circulação de dinheiro líquido entre os estados membros da União Europeia, bem como os movimentos de dinheiro que atravessam a fronteira externa da Comunidade.

COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 70/2007, de 26 de Março - Estabelece normas relativas às práticas comerciais da venda a retalho de bens e serviços.

SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março - Aprova o regime jurídico aplicável à instalação, licenciamento, funcionamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, geridos por entidades privadas.

Esta coluna é da responsabilidade da Priberam Informática e é publicada na primeira quarta-feira de cada mês. Para mais informações sobre estes ou outros diplomas, consulte www.legix.pt



O seu braço Direito